



# RELATÓRIO CONTÁBIL 2025

Justiça Federal da 5ª Região

Unidade Gestora: Justiça Federal de Primeiro Grau – RN

Código no SIAFI: 090007

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
NOTAS EXPLICATIVAS  
2025



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

**FÁBIO LUIZ DE OLIVEIRA BEZERRA**  
Juiz Federal Diretor do Foro

**HALLISON REGO BEZERRA**  
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro

**BRENO GOMES ALVES**  
Diretor da Secretaria Administrativa

**WENDELL MEDEIROS DE AZEVEDO**  
Diretor do Núcleo Financeiro e Patrimonial

**SAMUEL SANTOS SIMÕES**  
Analista Judiciário – Especialidade Contadoria  
Contador Responsável  
CRC RN-012773/O

## Sumário

### Sumário

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Apresentação</b> .....                                       | <b>4</b>  |
| <b>Declaração Anual do Contador</b> .....                       | <b>5</b>  |
| <b>Demonstrações Contábeis</b> .....                            | <b>7</b>  |
| BALANÇO PATRIMONIAL.....  | 7         |
| DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....                   | 9         |
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....                                      | 10        |
| BALANÇO FINANCEIRO .....  | 12        |
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....                           | 13        |
| <b>Notas Explicativas</b> .....                                 | <b>14</b> |
| INFORMAÇÕES GERAIS .....  | 14        |
| RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS .....     | 15        |
| Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa .....                   | 20        |
| Nota 02 - Créditos a Curto Prazo .....                          | 20        |
| Nota 03 - Estoques.....   | 20        |
| Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada.....  | 21        |
| Nota 05 - Imobilizado .....                                     | 21        |
| Nota 06 - Intangível.....                                       | 24        |
| Nota 07 – Passivo Circulante.....                               | 24        |
| Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores .....                | 24        |
| Nota 09 – Atos Potenciais Ativos .....                          | 25        |
| Nota 10 – Atos Potenciais Passivos .....                        | 25        |
| Nota 11 – Taxas.....  | 25        |
| Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos ..... | 26        |
| Nota 13 – Transferências Financeiras Recebidas .....            | 26        |
| Nota 14 – Outras Transferências e Delegações Recebidas .....    | 26        |
| Nota 15 – Ganhos com Incorporação de Ativos.....                | 26        |
| Nota 16 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas .....    | 26        |
| Nota 17 – Pessoal e Encargos .....                              | 27        |
| Nota 18 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....       | 28        |
| Nota 19 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.....  | 29        |
| Nota 20 – Transferências Financeiras Concedidas .....           | 30        |
| Nota 21 – Desincorporação de Ativos .....                       | 30        |
| Nota 22 – Resultado Patrimonial .....                           | 30        |
| Nota 23 – Receitas Orçamentárias .....                          | 31        |
| Nota 24 – Despesas Orçamentárias.....                           | 32        |
| Nota 25 – Execução dos Restos a Pagar não Processados .....     | 34        |
| Nota 26 – Inscrição de Restos a Pagar Processados .....         | 34        |
| Nota 27 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados.....      | 35        |
| Nota 28 – Desembolsos das Atividades Operacionais.....          | 35        |
| Nota 29 – Desembolsos das Atividades de Investimento .....      | 36        |
| Nota 30 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 37        |

## Apresentação

O Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte (JFRN).

As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil da JFRN é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil.

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são compostas pelos seguintes demonstrativos:

- **Balanco Patrimonial:** tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ele gerido, bem como os atos potenciais.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais:** visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.
- **Balanco Orçamentário:** objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.
- **Balanco Financeiro:** tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício. No entanto, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), essa demonstração é apenas obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, contexto em que se enquadra a JFRN.

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas.

## Declaração Anual do Contador

### Declaração com Restrição

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 da Justiça Federal de Primeiro Grau no RN (JFRN), UG 090007.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e suas Notas Explicativas (NE), encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto ao assunto mencionado a seguir:

#### 1. Não foi executada a avaliação de bens imóveis (Restrição 634)

Desde 2016, exceto para o imóvel situado em Assú/RN, não se realizam avaliações dos imóveis utilizados pela JFRN. Ao final do exercício de 2025, havia mais de dez milhões de reais em investimentos pendentes de atualização na base do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUNET, consoante Tabela 9 da Nota Explicativa 05 do Relatório Contábil 2025 da JFRN. Esse valor corresponde a 10% do total registrado para os imóveis no SPIUNET e não compõe a base de cálculo para a depreciação. Ressalte-se que o valor de mercado dos bens pode diferir significativamente do contabilmente registrado, o que destaca a importância da atualização.

A respeito da situação cadastral dos imóveis vinculados à Seção Judiciária da Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte, a área técnica informou:

a) O imóvel onde se situa a Seção Judiciária de Natal/RN encontra-se pendente de reavaliação. Nesse diapasão, a própria Seccional se encarregará de realizar a reavaliação, conforme orientação da Secretaria de Patrimônio da União;

b) O imóvel onde se situa a Subseção Judiciária de Mossoró/RN encontra-se pendente de reavaliação. Nesse sentido, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) prontificou-se a realizar a reavaliação. Para tanto, fora encaminhado à SPU o Ofício da Diretoria Administrativa/JFRN nº 47/2025;

c) O imóvel onde se situa a Subseção Judiciária de Assú/RN foi reavaliado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em 26 de fevereiro de 2025. Em se tratando do imóvel em comento, foi confeccionado o Termo de Entrega 0200.RN.000019/2025;

d) O imóvel onde se situa a Subseção Judiciária de Ceará-Mirim/RN encontra-se pendente de reavaliação. Nesse contexto, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) prontificou-se a proceder à reavaliação. Para tanto, fora remetido à SPU o Ofício da Diretoria Administrativa/JFRN nº 45/2025;

e) O imóvel onde se situa a Subseção Judiciária de Pau dos Ferros/RN é de propriedade da União, encontrando-se sob a gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Imóvel este cedido à Seção Judiciária do Rio Grande do Norte em virtude de Acordo de Cooperação nº 01/2018/JFRN firmado entre os

dois órgãos;

f) O imóvel onde se situa a Subseção Judiciária de Caicó/RN ainda não se encontra cadastrado no SPIUnet. A fim de viabilizar sua regularização e seu cadastramento perante a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), caberá ao Estado do Rio Grande do Norte, por força da Ação Civil Pública nº 0000434-07.2012.4.05.8402, providenciar o fracionamento e o desmembramento do imóvel, com a consequente individualização da propriedade de cada órgão integrante do Complexo Judiciário.

Estou Ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Natal/RN, 15/01/2026

Samuel Santos Simões

CRC RN-012773/O

## Demonstrações Contábeis

### BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Reais

| ESPECIFICAÇÃO   | NE | 31/12/2025         | 31/12/2024         |
|---|----|--------------------|--------------------|
| <b>ATIVO</b>  |    |                    |                    |
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                                 |    | <b>18.220.805</b>  | <b>21.740.567</b>  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                           | 01 | 6.722.981          | 9.711.405          |
| Créditos  | 02 | 9.927.070          | 10.040.964         |
| Estoques  | 03 | 226.003            | 217.132            |
| VPDs Pagas Antecipadamente                              | 04 | 1.344.752          | 1.771.065          |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                             |    | <b>139.051.203</b> | <b>137.546.468</b> |
| <b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>                   |    | <b>1.389.339</b>   | <b>2.165.179</b>   |
| VPDs Pagas Antecipadamente a Longo Prazo                | 04 | 1.389.339          | 2.165.179          |
| <b>Imobilizado</b>                                      | 05 | <b>136.186.064</b> | <b>133.048.742</b> |
| Bens Móveis   |    | 16.201.757         | 18.930.566         |
| Bens Móveis   |    | 43.392.344         | 43.198.330         |
| (-) Depreciação Acum. de Bens Móveis                    |    | -27.190.588        | -24.267.764        |
| Bens Imóveis  |    | 119.984.307        | 114.118.176        |
| Bens Imóveis  |    | 121.846.524        | 115.610.518        |
| (-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis                   |    | -1.862.217         | -1.492.342         |
| <b>Intangível</b>                                       | 06 | <b>1.475.800</b>   | <b>2.332.546</b>   |
| Softwares   |    | 1.475.800          | 2.332.546          |
| Softwares   |    | 5.779.592          | 5.779.592          |
| (-) Amortização Acum. de Softwares                      |    | -4.303.792         | -3.447.046         |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                   |    | <b>157.272.008</b> | <b>159.287.034</b> |
| <b>PASSIVO</b>  |    |                    |                    |
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                               | 07 | <b>17.354.909</b>  | <b>11.980.075</b>  |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo |    | 13.762.129         | 7.880.061          |
| Demais Obrigações a Curto Prazo                         |    | 3.592.779          | 4.100.014          |
| <b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>                        |    | <b>17.354.909</b>  | <b>11.980.075</b>  |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                               |    |                    |                    |
| <b>Resultados Acumulados</b>                            |    | <b>139.917.099</b> | <b>147.306.959</b> |
| Resultado do Exercício                                  |    | -620.372           | 11.614.071         |
| Resultados de Exercícios Anteriores                     |    | 147.306.959        | 136.078.964        |
| Ajustes de Exercícios Anteriores                        | 08 | -6.769.488         | -386.076           |
| <b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                      |    | <b>139.917.099</b> | <b>147.306.959</b> |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>            |    | <b>157.272.008</b> | <b>159.287.034</b> |

Fonte: SIAFI.

**QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

R\$ Reais

| ESPECIFICAÇÃO                           | 31/12/2025         | 31/12/2024         |
|---|--------------------|--------------------|
| <b>ATIVO</b>                            |                    |                    |
| ATIVO FINANCEIRO                        | 6.722.981          | 9.711.405          |
| ATIVO PERMANENTE                        | 150.549.027        | 149.575.629        |
| <b>TOTAL ATIVO (I)</b>                  | <b>157.272.008</b> | <b>159.287.034</b> |
| <b>PASSIVO</b>                          |                    |                    |
| PASSIVO FINANCEIRO                      | 9.361.105          | 8.018.272          |
| PASSIVO PERMANENTE                      | 13.417.762         | 7.584.666          |
| <b>TOTAL PASSIVO (II)</b>               | <b>22.778.867</b>  | <b>15.602.938</b>  |
| <b>SALDO PATRIMONIAL (III) = I - II</b> | <b>134.493.141</b> | <b>143.684.096</b> |

Fonte: SIAFI.

**QUADRO DE COMPENSAÇÕES**

R\$ Reais

| ESPECIFICAÇÃO                             | NE        | 31/12/2025        | 31/12/2024        |
|---|-----------|-------------------|-------------------|
| <b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>   | <b>09</b> | <b>2.986.628</b>  | <b>1.624.155</b>  |
| Garantias e Contragarantias Recebidas     |           | 2.986.628         | 1.624.155         |
| <b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b> | <b>10</b> | <b>36.004.035</b> | <b>16.540.872</b> |
| Obrigações Conveniadas                    |           | 1.937.142         | 2.552.917         |
| Obrigações Contratuais                    |           | 34.066.893        | 13.987.955        |

Fonte: SIAFI.

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

R\$ Reais

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS         | SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO |
|--------------------------------|------------------------------|
| <b>Recursos Não Vinculados</b> | <b>-2.639.464</b>            |
| <b>Recursos Vinculados</b>     | <b>1.340</b>                 |
| Previdência Social (RPPS)      | -                            |
| Fundos, Órgãos e Programas     | 1.340                        |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>-2.638.124</b>            |

Fonte: SIAFI.



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ Reais

| ESPECIFICAÇÃO   | NE        | 31/12/2025         | 31/12/2024         |
|---|-----------|--------------------|--------------------|
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>                      |           | <b>262.549.019</b> | <b>235.672.055</b> |
| <b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>                  |           | <b>1.742.053</b>   | <b>1.488.270</b>   |
| Taxas   | 11        | 1.742.053          | 1.488.270          |
| <b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>              |           | <b>95.796</b>      | <b>92.405</b>      |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços                | 12        | 95.796             | 92.405             |
| <b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>              |           | <b>-</b>           | <b>17.514</b>      |
| Juros e Encargos de Mora  |           | -                  | 17.514             |
| <b>Transferências e Delegações Recebidas</b>                        |           | <b>247.827.427</b> | <b>232.265.057</b> |
| Transferências Intragovernamentais                                  | 13        | 244.095.399        | 232.142.059        |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas                        | 14        | 3.732.028          | 122.998            |
| <b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b> | <b>15</b> | <b>3.766.521</b>   | <b>494.881</b>     |
| Ganhos com Incorporação de Ativos                                   |           | 615.775            | 494.881            |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos                              |           | 3.150.746          | -                  |
| <b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>                   |           | <b>9.117.221</b>   | <b>1.313.929</b>   |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas                        | 16        | 9.117.221          | 1.313.929          |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>                      |           | <b>263.169.391</b> | <b>224.057.985</b> |
| <b>Pessoal e Encargos</b>   | <b>17</b> | <b>170.581.223</b> | <b>154.597.192</b> |
| Remuneração a Pessoal   |           | 129.561.857        | 117.352.113        |
| Encargos Patronais  |           | 20.488.643         | 18.580.938         |
| Benefícios a Pessoal  |           | 12.266.770         | 9.799.944          |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos           |           | 8.263.954          | 8.864.197          |
| <b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>                   | <b>18</b> | <b>35.787.422</b>  | <b>31.466.981</b>  |
| Aposentadorias e Reformas   |           | 31.296.572         | 27.399.628         |
| Pensões   |           | 4.361.386          | 3.977.445          |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais                   |           | 129.464            | 89.908             |
| <b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>              | <b>19</b> | <b>36.630.526</b>  | <b>30.898.616</b>  |
| Uso de Material de Consumo  |           | 1.029.512          | 1.880.101          |
| Serviços  |           | 30.908.561         | 24.467.420         |
| Depreciação, Amortização e Exaustão                                 |           | 4.692.452          | 4.551.095          |
| <b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>               |           | <b>5</b>           | <b>3.155</b>       |
| Juros e Encargos de Mora  |           | -                  | 3.155              |
| Descontos Financeiros Concedidos                                    |           | 5                  | -                  |
| <b>Transferências e Delegações Concedidas</b>                       |           | <b>15.644.141</b>  | <b>3.611.642</b>   |
| Transferências Intragovernamentais                                  | 20        | 15.501.319         | 3.462.171          |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas                       |           | 142.822            | 149.471            |
| <b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>  |           | <b>1.211.220</b>   | <b>1.340.970</b>   |
| Perdas Involuntárias  |           | 1.564              | 20.726             |
| Desincorporação de Ativos   | 21        | 1.209.655          | 1.320.244          |
| <b>Tributárias</b>  |           | <b>3.313.775</b>   | <b>2.137.515</b>   |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria                         |           | 109.813            | 106.297            |
| Contribuições   |           | 3.203.963          | 2.031.218          |
| <b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>                    |           | <b>1.078</b>       | <b>1.914</b>       |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas                         |           | 1.078              | 1.914              |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = I - II</b>              | <b>22</b> | <b>-620.372</b>    | <b>11.614.071</b>  |

Fonte: SIAFI.



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ Reais

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS      | NE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO       |
|-----------------------------|----|------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS      | 23 | -                | -                   | -                   | -           |
| DÉFICIT                     |    |                  |                     | 245.003.342         | 245.003.342 |
| TOTAL                       |    | -                | -                   | 245.003.342         | 245.003.342 |
| CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS |    | -                | -                   | -                   | -           |

Fonte: SIAFI.

R\$ Reais

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS     | NE | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
|----------------------------|----|-----------------|--------------------|---------------------|---------------------|----------------|------------------|
| DESPESAS CORRENTES         |    | -               | -                  | 239.465.481         | 237.956.488         | 235.040.814    | -239.465.481     |
| Pessoal e Encargos Sociais |    | -               | -                  | 191.615.185         | 191.601.848         | 189.468.859    | -191.615.185     |
| Outras Despesas Correntes  |    | -               | -                  | 47.850.296          | 46.354.641          | 45.571.955     | -47.850.296      |
| DESPESAS DE CAPITAL        |    | -               | -                  | 5.537.861           | 1.693.454           | 1.693.454      | -5.537.861       |
| Investimentos              |    | -               | -                  | 5.537.861           | 1.693.454           | 1.693.454      | -5.537.861       |
| TOTAL DAS DESPESAS         | 24 | -               | -                  | 245.003.342         | 239.649.943         | 236.734.268    | -245.003.342     |

Fonte: SIAFI.



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ Reais

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS     | NE | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a) | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b) | LIQUIDADOS | PAGOS (c) | CANCELADOS (d) | SALDO (e) = a+b-c-d |
|----------------------------|----|--|---|------------|-----------|----------------|---------------------|
| DESPESAS CORRENTES         |    | 731.520                                | 660.467   | 474.054    | 474.054   | 916.416        | 1.517               |
| Pessoal e Encargos Sociais |    | 730.180                                | -   | -          | -         | 730.180        | -                   |
| Juros e Encargos da Dívida |    | -                                      | -   | -          | -         | -              | -                   |
| Outras Despesas Correntes  |    | 1.340                                  | 660.467   | 474.054    | 474.054   | 186.235        | 1.517               |
| DESPESAS DE CAPITAL        |    | 55.467                                 | 2.175.409   | 1.932.544  | 1.932.544 | 229.290        | 69.042              |
| Investimentos              |    | 55.467                                 | 2.175.409   | 1.932.544  | 1.932.544 | 229.290        | 69.042              |
| Inversões Financeiras      |    | -                                      | -   | -          | -         | -              | -                   |
| Amortização da Dívida      |    | -                                      | -   | -          | -         | -              | -                   |
| <b>TOTAL</b>               | 25 | 786.987                                | 2.835.876   | 2.406.598  | 2.406.598 | 1.145.705      | 70.559              |

Fonte: SIAFI.

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$ Reais

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS     | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a) | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b) | PAGOS (c) | CANCELADOS (d) | SALDO (e) = a+b-c-d |
|----------------------------|--|---|-----------|----------------|---------------------|
| DESPESAS CORRENTES         | 26.044                                 | 3.309.464   | 3.309.464 | -              | 26.044              |
| Pessoal e Encargos Sociais | 26.044                                 | 2.089.160   | 2.089.160 | -              | 26.044              |
| Juros e Encargos da Dívida | -                                      | -   | -         | -              | -                   |
| Outras Despesas Correntes  | -                                      | 1.220.304   | 1.220.304 | -              | -                   |
| DESPESAS DE CAPITAL        | -                                      | 173.869   | 173.869   | -              | -                   |
| Investimentos              | -                                      | 173.869   | 173.869   | -              | -                   |
| Inversões Financeiras      | -                                      | -   | -         | -              | -                   |
| Amortização da Dívida      | -                                      | -   | -         | -              | -                   |
| <b>TOTAL</b>               | 26.044                                 | 3.483.333   | 3.483.333 | -              | 26.044              |

Fonte: SIAFI.

## BALANÇO FINANCEIRO

R\$ Reais

| ESPECIFICAÇÃO                                      | NE        | 31/12/2025         | 31/12/2024         |
|--|-----------|--------------------|--------------------|
| <b>INGRESSOS</b>                                   |           |                    |                    |
| <b>Receitas Orçamentárias (I)</b>                  | <b>23</b> | -                  | -                  |
| <b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>   | <b>13</b> | <b>244.095.399</b> | <b>232.142.059</b> |
| Resultantes da Execução Orçamentária               |           | 241.934.199        | 226.898.712        |
| Repasse Recebido                                   |           |                    | 14.428             |
| Sub-repasse Recebido                               |           | 241.934.199        | 226.884.284        |
| Independentes da Execução Orçamentária             |           | 2.161.200          | 5.243.346          |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP      |           | 12.323             | 4.869.002          |
| Demais Transferências Recebidas                    |           | 23.264             | 7.852              |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais                |           | 2.125.613          | 366.492            |
| <b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>       |           | <b>20.164.580</b>  | <b>10.344.626</b>  |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados            | 26        | 2.915.675          | 3.476.478          |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados        | 27        | 5.353.399          | 2.835.876          |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados        |           | 963.041            | 1.137.260          |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários             |           | 10.932.466         | 2.895.011          |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento |           | 166                | 192                |
| Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior   |           |                    | 216                |
| Arrecadação de Outra Unidade                       |           | 10.932.300         | 2.894.603          |
| <b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>            |           | <b>9.711.405</b>   | <b>1.748.279</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                      | 01        | 9.711.405          | 1.748.279          |
| <b>TOTAL (V) = I+II+III+IV</b>                     |           | <b>273.971.384</b> | <b>244.234.964</b> |
| <b>DISPÊNDIOS</b>                                  |           |                    |                    |
| <b>Despesas Orçamentárias (VI)</b>                 | <b>24</b> | <b>245.003.342</b> | <b>224.756.780</b> |
| <b>Recursos Não Vinculados</b>                     |           | <b>200.047.902</b> | <b>197.083.720</b> |
| <b>Recursos Vinculados</b>                         |           | <b>44.955.440</b>  | <b>27.673.059</b>  |
| Seguridade Social (Exceto Previdência)             |           | 14.140.112         |                    |
| Previdência Social (RPPS)                          |           | 29.037.130         | 26.180.976         |
| Fundos, Órgãos e Programas                         |           | 1.778.198          | 1.492.083          |
| <b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b> | <b>20</b> | <b>15.501.319</b>  | <b>3.462.171</b>   |
| Resultantes da Execução Orçamentária               |           | 3.904.795          | 10.677             |
| Repasse Concedido                                  |           | 12.400             | 10.677             |
| Sub-repasse Devolvido                              |           | 3.892.395          |                    |
| Independentes da Execução Orçamentária             |           | 11.596.524         | 3.451.494          |
| Transferências Concedidas para Pagamento de RP     |           | 615.775            | 494.881            |
| Movimento de Saldos Patrimoniais                   |           | 10.980.749         | 2.956.613          |
| <b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>        |           | <b>6.743.743</b>   | <b>6.304.608</b>   |
| Pagamento de Restos a Pagar Processados            |           | 3.483.333          | 2.961.821          |
| Pagamento de Restos a Pagar Não Processados        | 25        | 2.406.598          | 3.090.548          |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados        |           | 853.618            | 252.023            |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários               |           | 193                | 216                |
| Demais Pagamentos                                  |           | 193                | 216                |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>        |           | <b>6.722.981</b>   | <b>9.711.405</b>   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                      | 01        | 6.722.981          | 9.711.405          |
| <b>TOTAL (X) = VI+VII+VIII+IX</b>                  |           | <b>273.971.384</b> | <b>244.234.964</b> |

Fonte: SIAFI.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

|  |           | R\$ Reais           |                     |
|--|-----------|---------------------|---------------------|
| ESPECIFICAÇÃO  | NE        | 31/12/2025          | 31/12/2024          |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>       |           | <b>811.442</b>      | <b>17.225.025</b>   |
| <b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>                            |           | <b>255.990.739</b>  | <b>236.174.138</b>  |
| <b>Outros Ingressos Operacionais</b>                     |           | <b>255.990.739</b>  | <b>236.174.138</b>  |
| Ingressos Extraorçamentários                             |           | 963.041             | 1.137.260           |
| Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior         |           |                     | 216                 |
| Transferências Financeiras Recebidas                     | 13        | 244.095.399         | 232.142.059         |
| Arrecadação de Outra Unidade                             |           | 10.932.300          | 2.894.603           |
| <b>DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>                          | <b>28</b> | <b>-255.179.297</b> | <b>-218.949.113</b> |
| <b>Pessoal e Demais Despesas</b>                         |           | <b>-217.642.224</b> | <b>-196.366.749</b> |
| Judiciário   |           | -166.709.270        | -155.209.513        |
| Previdência Social                                       |           | -31.479.854         | -28.439.810         |
| Encargos Especiais                                       |           | -19.453.266         | -12.717.619         |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento |           | 166                 | 192                 |
| <b>Transferências Concedidas</b>                         |           | <b>-21.181.943</b>  | <b>-18.867.955</b>  |
| Intragovernamentais Concedidas                           |           | -21.181.943         | -18.867.955         |
| <b>Outros Desembolsos Operacionais</b>                   |           | <b>-16.355.131</b>  | <b>-3.714.410</b>   |
| Dispêndios Extraorçamentários                            |           | -853.618            | -252.023            |
| Transferências Financeiras Concedidas                    | 20        | -15.501.319         | -3.462.171          |
| Demais Pagamentos  |           | -193                | -216                |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>    |           | <b>-3.799.867</b>   | <b>-9.261.899</b>   |
| <b>INGRESSOS DE INVESTIMENTO</b>                         |           | -                   | -                   |
| <b>DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO</b>                       | <b>29</b> | <b>-3.799.867</b>   | <b>-9.261.899</b>   |
| <b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>                 |           | <b>-3.744.102</b>   | <b>-8.962.820</b>   |
| <b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>               |           | <b>-55.766</b>      | <b>-299.079</b>     |
| <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>   |           | -                   | -                   |
| <b>INGRESSOS DE FINANCIAMENTO</b>                        |           | -                   | -                   |
| <b>DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO</b>                      |           | -                   | -                   |
| <b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>  | <b>30</b> | <b>-2.988.425</b>   | <b>7.963.126</b>    |
| <b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>             |           | <b>9.711.405</b>    | <b>1.748.279</b>    |
| <b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>                | <b>01</b> | <b>6.722.981</b>    | <b>9.711.405</b>    |

Fonte: SIAFI.

## Notas Explicativas

### INFORMAÇÕES GERAIS

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2025

Unidade Gestora:

090007 – Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte (JFRN)

Base para Elaboração das Notas Explicativas:

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 11ª Edição – Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), item 8.

Natureza jurídica da entidade:

A Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o número 05.441.836/0001-45, é um órgão da Justiça Federal, que compõe o Poder Judiciário brasileiro, e está vinculada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Domicílio da entidade:

A JFRN tem a sua sede administrativa na Rua Dr. Lauro Pinto, nº 245, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-250. Site: [www.jfrn.jus.br](http://www.jfrn.jus.br).

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A sua competência encontra-se definida no Art. 109 da Constituição Federal. A principal atividade é o julgamento de processos de sua competência.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto às Restrições que constam da Declaração do Contador.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Inicialmente frise-se que as demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$)

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da JFRN, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

### (a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### (b) Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no curto prazo relacionados principalmente com adiantamentos concedidos e créditos tributários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

### (c) Estoques

Compreende o valor dos materiais em almoxarifado destinados ao consumo interno da unidade. O método para mensuração e avaliação das entradas dos bens de almoxarifado é o custo de aquisição ou produção. Já para as saídas, é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964.

### (d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviço à entidade ocorrerão em exercício(s) seguinte(s). A base de mensuração é o custo histórico.

### (e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, tais como:

- I - Créditos a receber de pessoal, de multas administrativas ou créditos tributários;
- II - VPD pagas antecipadamente.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas

especificadas nas respectivas operações.

#### (f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### (g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização de bens intangíveis de vida útil definida foi calculada e registrada mensalmente.

#### (h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização, na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunções [020330](#) – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut., e Fund., e [020335](#) – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponíveis no sítio do Tesouro Nacional e na [Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023](#), de 4 de julho de 2023, esta última aplicável aos bens imóveis.

#### *Reavaliação de bens imóveis*

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

- I. quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;
- II. - quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III. quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como

- IV. incêndio, desmoraonamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Nesse contexto, destaque-se que a data do último valor justo dos bens imóveis da JFRN cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUNET), exceto para o imóvel situado em Assú/RN, é superior a cinco anos. Para mais informações, verificar o item 1 da Declaração Anual do Contador, constante neste Relatório Contábil.

#### *Redução ao valor recuperável*

Segundo esse critério, a entidade avalia se há ativo que possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deve-se estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas no Manual Siafi, Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a [NBC TSP 08](#) – Ativo Intangível e [NBC TSP 09](#) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, ambas de 22 de setembro de 2017.

Nenhum ativo da JFRN foi submetido ao teste de recuperabilidade.

#### *Depreciação e Amortização*

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado ou do intangível com vida útil definida, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção do Manual SIAFI 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A JFRN realizou a depreciação e a amortização de seus bens móveis e intangíveis em 2025. Entretanto, ressalte-se que, para os bens imóveis, os valores pendentes de registro no SPIUNet não compõem a base para o cálculo da depreciação, conforme item 1 da Declaração Anual do Contador neste relatório.

#### *Bens imóveis cadastrados no SPIUnet*

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com dados gerados pela Secretaria de

## Patrimônio da União.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### (i) Passivos Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

### (j) Apuração do Resultado

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

#### Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Deficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

#### Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

## Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo representa o valor disponível na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme estabelecido pelo Órgão de Programação Financeira, para realização de pagamentos com vinculação específica. Abaixo, o detalhamento por fonte de recursos:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa, composição por fonte de recursos. Valores em R\$.

| Fonte  | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%)  |
|--|------------|------------|--------|---------|
| 000 - Recursos livres da União                             | 5.574.638  | 8.813.734  | 82,92  | -36,75  |
| 491 - Recursos Diversos                                    | 994.660    | 885.238    | 14,79  | 12,36   |
| 1380 - Melhoria da prestação jurisdicional - JF 1º GRAU    | 151.983    | 0          | 2,26   |         |
| 027 - Serviços afetos às atividades específicas da Justiça | 1.700      | 2.557      | 0,03   | -33,52  |
| 056 - Benefícios do RPPS da União                          | 0          | 9.878      | 0,00   | -100,00 |
| Total  | 6.722.981  | 9.711.405  | 100,00 | -30,77  |

Fonte: SIAFI.

A fonte 000 destina-se aos dispêndios para funcionamento da unidade e dos serviços prestados. A fonte 491 – Recursos Diversos refere-se ao reconhecimento patrimonial de valores retidos, sobre pagamentos de contratos cujos objetos sejam a prestação de serviços de mão de obra com regime de dedicação exclusiva, em Conta-Depósito Vinculada Bloqueada para Movimentação, nos termos do Acórdão TCU 2.717/2023 – Plenário.

## Nota 02 - Créditos a Curto Prazo

O saldo deste subgrupo, no exercício de 2025, apresenta a seguinte composição:

Tabela 2 - Créditos a curto prazo. Valores em R\$.

| Conta contábil                                  | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|---|------------|------------|--------|--------|
| Pagamento antecipado de salário nas férias      | 11.430     | 10.212     | 0,12   | 11,93  |
| Adiantamento Auxílio-alimentação                | 820.103    | 609.798    | 8,26   | 34,49  |
| Adiantamento Auxílio-transporte                 | 7.589      | 2.504      | 0,08   | 203,03 |
| Adiantamento a prestadores de serviço           | 9.180      | 9.180      | 0,09   | 0,00   |
| Adiantamento Termos de execução descentralizada | 9.078.768  | 9.409.270  | 91,45  | -3,51  |
| Total   | 9.927.070  | 10.040.964 | 100,00 | -1,13  |

Fonte: SIAFI.

Os adiantamentos referentes a Termos de Execução Descentralizada correspondem ao programa de residência em Tecnologia da Informação do Instituto Metrópole Digital/UFRN, no percentual de 70%, ao Projeto de Pesquisa Nisia-Higia, no percentual de 20%, e ao curso de pós-graduação, na modalidade de mestrado profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação, destinado a magistrados e servidores da JFRN, no percentual de 10% do total em Adiantamento Termos de execução descentralizada.

## Nota 03 - Estoques

Representa o material de consumo, estocado na unidade, para utilização em suas operações, cuja composição, por subitem da natureza de despesa orçamentária, segue:

Tabela 3 – Estoques. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025     | 31/12/2024     | AV (%)        | AH (%)      |
|--|----------------|----------------|---------------|-------------|
| Material de limpeza                                | 72.761         | 73.465         | 32,19         | -0,96       |
| Material de expediente                             | 34.793         | 40.139         | 15,40         | -13,32      |
| Material de Tecnologia da Informação e Comunicação | 31.971         | 33.570         | 14,15         | -4,76       |
| Material de proteção e segurança                   | 21.218         | 12.245         | 9,39          | 73,27       |
| Material de copa e cozinha                         | 20.475         | 18.614         | 9,06          | 10,00       |
| Gêneros de alimentação                             | 14.405         | 15.179         | 6,37          | -5,10       |
| Material para áudio, vídeo e foto                  | 7.816          | 7.816          | 3,46          | 0,00        |
| Demais materiais                                   | 22.563         | 16.104         | 9,98          | 40,10       |
| <b>Total</b>                                       | <b>226.003</b> | <b>217.132</b> | <b>100,00</b> | <b>4,09</b> |

Fonte: SIAFI.

#### Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

O saldo deste subgrupo refere-se prêmios de seguros a apropriar, serviços, assinaturas e anuidades, conforme detalhado abaixo:

Tabela 4 - VPD paga antecipadamente no curto prazo. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025       | 31/12/2024       | AV (%)        | AH (%)        |
|--|------------------|------------------|---------------|---------------|
| Assinaturas e anuidades  | 1.313.351        | 1.641.568        | 48,04         | -19,99        |
| Prêmios de seguros   | 18.358           | 18.358           | 0,67          | 0,00          |
| Serviços   | 13.042           | 111.138          | 0,48          | -88,26        |
| <b>Total no curto prazo (I)</b>                                | <b>1.344.752</b> | <b>1.771.065</b> | <b>49,18</b>  | <b>-24,07</b> |
| Assinaturas e anuidades no Ativo realizável a longo prazo (II) | 1.389.339        | 2.165.179        | 50,82         | -35,83        |
| <b>Total (III)=I+II</b>  | <b>2.734.091</b> | <b>3.936.244</b> | <b>100,00</b> | <b>-30,54</b> |

Fonte: SIAFI.

O saldo em assinaturas e anuidades refere-se a pagamento de licenças temporárias para utilização de *softwares* diversos e corresponde a 98,85% do total de Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente.

#### Nota 05 - Imobilizado

Em 31/12/2025, o valor líquido contábil do imobilizado, cuja distribuição entre móveis e imóveis detalha-se na Tabela 5, representou 87% do valor do total do ativo. Destaque-se, conforme item 1 da Declaração Anual do Contador, constante neste relatório, que os imóveis da JFRN encontram-se com valores desatualizados, consoante normas aplicáveis.

Tabela 5 - Imobilizado. Valores em R\$.

| Descrição                                    | 31/12/2025         | 31/12/2024         | AV (%)        | AH (%)      |
|--|--------------------|--------------------|---------------|-------------|
| Bens Móveis (V = I – II)                     | 16.201.757         | 18.930.566         | 11,90         | -14,41      |
| Valor Bruto Contábil (I)                     | 43.392.344         | 43.198.330         |               |             |
| Depreciação Acumulada (II)                   | 27.190.588         | 24.267.764         |               |             |
| Bens Imóveis (VI = III – IV)                 | 119.984.307        | 114.118.176        | 88,10         | 5,14        |
| Valor Bruto Contábil (III)                   | 121.846.524        | 115.610.518        |               |             |
| Depreciação Acumulada                        | 1.862.217          | 1.492.342          |               |             |
| <b>Total Líquido Contábil (VII = V + VI)</b> | <b>136.186.064</b> | <b>133.048.742</b> | <b>100,00</b> | <b>2,36</b> |

Fonte: SIAFI.

#### a) Bens Móveis

No exercício de 2025, o valor líquido contábil dos bens móveis variou, por item de conta contábil, segundo a Tabela 6:

Tabela 6 - Bens móveis. Valores em R\$.

| Descrição                                       | 31/12/2024<br>(a) | Adição<br>(b)  | Baixa<br>(c)   | Depreciação<br>(d) | 31/12/2025<br>(e) | AV<br>(%)<br>(f) =<br>e/(total) | AH<br>(%)<br>(g) =<br>(c/a)-1 |
|---|-------------------|----------------|----------------|--------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| Bens de informática                             | 14.260.057        | 90.452         | 118.565        | 2.875.015          | 11.356.929        | 70,10                           | -20,36                        |
| Móveis e utensílios                             | 1.875.291         | 489.390        | 6.549          | 302.803            | 2.055.329         | 12,69                           | 9,60                          |
| Veículo   | 1.383.187         | 0              | 0              | 111.314            | 1.271.873         | 7,85                            | -8,05                         |
| Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas | 652.312           | 317.123        | 31.168         | 85.850             | 852.417           | 5,26                            | 30,68                         |
| Material cultural, educacional e de comunicação | 673.873           | 2.194          | 5.854          | 87.355             | 582.859           | 3,60                            | -13,51                        |
| Armamentos                                      | 45.900            | 0              | 0              | 2.863              | 43.037            | 0,27                            | -6,24                         |
| Demais bens móveis                              | 39.946            | 0              | 0              | 633                | 39.313            | 0,24                            | -1,58                         |
| <b>Total</b>                                    | <b>18.930.566</b> | <b>899.158</b> | <b>162.136</b> | <b>3.465.832</b>   | <b>16.201.757</b> | <b>100,00</b>                   | <b>-14,41</b>                 |

Fonte: SIAFI.

O item de maior relevância é bens de informática, que representa 70% dos bens móveis, já as aquisições no exercício foram destinadas, em cerca de 90%, a “Móveis e utensílios” e a “Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas”.

#### b) Bens Imóveis

Em 31/12/2025, o valor líquido contábil dos bens imóveis apresenta a seguinte composição, por item de conta contábil:

Tabela 7 - Bens imóveis. Valores em R\$.

| Descrição                                   | 31/12/2025         | 31/12/2024         | AV (%)        | AH (%)      |
|---|--------------------|--------------------|---------------|-------------|
| Bens de uso especial registrados no SPIUNET | 107.158.956        | 103.796.802        | 89,31         | 3,24        |
| Demais bens imóveis                         | 10.896.616         | 5.688.356          | 9,08          | 91,56       |
| Bens imóveis em andamento                   | 1.093.067          | 3.079.436          | 0,91          | -64,50      |
| Instalações                                 | 835.668            | 1.553.582          | 0,70          | -46,21      |
| <b>Total</b>                                | <b>119.984.307</b> | <b>114.118.176</b> | <b>100,00</b> | <b>5,14</b> |

Fonte: SIAFI.

Os Bens de uso especial registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET) compreendem os ativos que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral. O SPIUNET possibilita o controle da utilização dos imóveis da União, classificados como “Bens de Uso Especial”. Compete à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a gestão dos bens

imóveis da União, bem como a administração e manutenção do SPIUNET.

Os Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET, detalhados na Tabela 8, representaram 89% do valor líquido contábil dos bens imóveis em 31/12/2025. Em 2025 foi atualizado o cadastro do imóvel localizado no município de Assú/RN.

Tabela 8 - Imóveis registrados no SPIUNET. Valores em R\$.

| Imóvel  | Última avaliação | Valor do terreno | Valor das benfeitorias | Valor bruto contábil | AV (%) |
|---|------------------|------------------|------------------------|----------------------|--------|
| Sede da Seção Judiciária do RN em Natal/RN    | 17/06/2016       | 31.366.141       | 60.312.838             | 91.678.979           | 84,09  |
| Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN     | 17/06/2016       | 8.065.810        | 3.553.709              | 11.619.519           | 10,66  |
| Sede da Seção Judiciária do RN em Assú/RN     | 28/05/2025       | 888.342          | 2.843.686              | 3.732.028            | 3,42   |
| Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN | 17/06/2016       | 620.414          | 1.370.231              | 1.990.645            | 1,83   |
|   | Total            | 40.940.708       | 68.080.465             | 109.021.172          | 100,00 |

Fonte: SPIUNET.

O saldo em 31/12/2025 de Demais Bens Imóveis representa os Bens Imóveis a Classificar/a Registrar no SPIUNET e compreende os investimentos em benfeitorias já concluídas cujos imóveis estão pendentes de regularização cadastral para serem registrados ou atualizados na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O detalhamento encontra-se na Tabela 9.

Tabela 9 - Bens Imóveis a Classificar/Registrar. Valores em R\$.

| Imóvel   | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------|------------|--------|--------|
| Sede da JFRN em Natal/RN                         | 5.541.395  | 2.170.824  | 50,85  | 155,27 |
| Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN        | 2.341.932  | 2.341.932  | 21,49  | 0,00   |
| Sede da Subseção Judiciária em Caicó/RN          | 1.467.530  | 737.743    | 13,47  | 98,92  |
| Sede da Subseção Judiciária em Pau Dos Ferros/RN | 1.166.023  | 437.857    | 10,70  | 166,30 |
| Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN    | 255.854    | 0          | 2,35   | -      |
| Edifício anexo à Sede da JFRN em Natal/RN        | 123.882    | 0          | 1,14   | -      |
| Total  | 10.896.616 | 5.688.356  | 100,00 | 91,56  |

Fonte: SIAFI.

O saldo de Bens Imóveis em Andamento, cuja transferência, quando se concluem as obras contratadas correspondentes, a depender da relevância do investimento efetuado, em observância ao art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU Nº 10, de 4 de julho de 2023, realiza-se para os Bens Imóveis a Classificar/a Registrar no SPIUNET, que é conta do item Demais Bens Imóveis, apresenta a composição abaixo:

Tabela 10 - Obras em andamento. Valores em R\$.

| Imóvel   | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%)  |
|--|------------|------------|--------|---------|
| Sede da JFRN em Natal/RN                         | 950.637    | 1.392.638  | 86,97  | -31,74  |
| Sede da Subseção Judiciária em Assu/RN           | 53.118     | 145.389    | 4,86   | -63,46  |
| Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN    | 36.270     | 218.956    | 3,32   | -83,43  |
| Sede da Subseção Judiciária em Caicó/RN          | 30.042     | 618.143    | 2,75   | -95,14  |
| Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN        | 23.000     | 23.000     | 2,10   | 0,00    |
| Sede da Subseção Judiciária em Pau dos Ferros/RN | 0          | 681.310    | 0,00   | -100,00 |
| Total  | 1.093.067  | 3.079.436  | 100,00 | -64,50  |

Fonte: SIAFI.

As reduções indicadas na Tabela 10 decorreram de reclassificação para a conta Bens Imóveis a Classificar/Registrar no SPIUNET, exceto o imóvel em Assú/RN, que teve sua avaliação e atualização cadastral efetuadas.

### Nota 06 - Intangível

O ativo intangível, em 31/12/2025, era composto integralmente de softwares, segregados em de vida útil definida e de vida útil indefinida, conforme detalhado abaixo.

Tabela 11 - Softwares. Valores em R\$.

| Item                              | 31/12/2024<br>(a) | Adição<br>(b) | Baixa<br>(c) | Amortização<br>(d) | 31/12/2025<br>(e) | AV (%)<br>(f) =<br>e/(total<br>e) | AH<br>(%)<br>(g) =<br>e/a-1 |
|-----------------------------------|-------------------|---------------|--------------|--------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| Software com vida útil definida   | 889.263           | 0             | 0            | 856.746            | 32.517            | 0,02                              | -96,34                      |
| Software com vida útil indefinida | 1.443.283         | 0             | 0            | 0                  | 1.443.283         | 0,98                              | 0,00                        |
| <b>Total</b>                      | <b>2.332.546</b>  | <b>0</b>      | <b>0</b>     | <b>856.746</b>     | <b>1.475.800</b>  | <b>1,00</b>                       | <b>-36,73</b>               |

Fonte: SIAFI.

### Nota 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante, em 31/12/2025, apresenta a seguinte composição:

Tabela 12 - Passivo Circulante. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025        | 31/12/2024        | AV (%)        | AH (%)       |
|--|-------------------|-------------------|---------------|--------------|
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar no curto prazo              | 13.762.129        | 7.880.061         | 79,30         | 74,64        |
| Tributos retidos na fonte, sobre pagamentos realizados, a recolher em janeiro/2026           | 2.597.759         | 3.214.175         | 14,97         | -19,18       |
| Depósitos em conta vinculada a contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. | 994.660           | 885.238           | 5,73          | 12,36        |
| Outras obrigações  | 360               | 601               | 0,00          | -40,11       |
| <b>Total</b>   | <b>17.354.909</b> | <b>11.980.075</b> | <b>100,00</b> | <b>44,86</b> |

Fonte: SIAFI.

No subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar no curto prazo”, mais de 95% corresponde ao passivo de férias dos servidores e magistrados, incluindo os encargos previdenciários patronais correspondentes, reconhecido no encerramento do exercício de 2025. Nesse subgrupo, o valor residual representa predominantemente encargos previdenciários a recolher em janeiro/2026. Os Depósitos em conta vinculada a contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra correspondem ao saldo na fonte 491 do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme Nota Explicativa 01.

### Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do



Balanço Patrimonial, que também é composta pelo “resultado do exercício” e pelos “resultados de exercícios anteriores”. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Especificam-se os movimentos realizados nessa conta, em 2025, na Tabela 13:

Tabela 13 - Ajustes de Exercícios Anteriores, movimentos em 2025.

| Descrição  | Valor      |
|--|------------|
| Saldo inicial 2025   | -386.076   |
| Reclassificação para resultados de exercícios anteriores   | 386.076    |
| Desincorporação decorrente de erro no reconhecimento de passivo.                                     | 34.263     |
| Reconhecimento inicial do passivo de férias, estoque existente no encerramento do exercício de 2024. | -6.747.886 |
| Reconhecimento intempestivo de serviço prestado em 2024.   | -55.865    |
| Total  | -6.769.488 |

Fonte: SIAFI.

### Nota 09 – Atos Potenciais Ativos

Em 31/12/2025, os atos potenciais ativos representam as garantias recebidas, referentes a contratos administrativos firmados com terceiros.

### Nota 10 – Atos Potenciais Passivos

As obrigações potenciais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros, e os Termos de Execução Descentralizada, na figura de unidade descentralizadora dos recursos. Estão compostas da seguinte forma:

Tabela 14 – Atos Potenciais firmados pela SJRN. Valores em R\$.

| Descrição                                     | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|---|------------|------------|--------|--------|
| Contratos de Serviços                         | 29.775.315 | 10.185.224 | 82,70  | 192,34 |
| Contratos de Fornecimento de Bens             | 4.234.410  | 3.763.799  | 11,76  | 12,50  |
| Termos de Execução Descentralizada a Repassar | 1.937.142  | 2.552.917  | 5,38   | -24,12 |
| Contratos de Aluguéis                         | 56.137     | 38.932     | 0,16   | 44,19  |
| Contratos de Seguros                          | 1.031      | 0          | 0,00   | -      |
| Total   | 36.004.035 | 16.540.872 | 100,00 | 117,67 |

Fonte: SIAFI.

O significativo aumento nos contratos de serviço a executar decorreu, na maior parcela, da renovação de diversos contratos com vigências que englobam múltiplos exercícios, cujo reconhecimento nos atos potenciais é feito pelo valor integral do contrato.

Os Termos de Execução Descentralizada a Repassar correspondem a futuros créditos orçamentários a descentralizar para execução pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, uma vez realizados financeiramente, incorporar-se-ão ao Ativo correspondente já destacado na Nota Explicativa 02 até a conclusão da prestação de contas relativa ao objeto a que se destinam.

### Nota 11 – Taxas

Nesse subgrupo, está a arrecadação de receitas a título de custas judiciais, cujos valores

são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

## Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em 31/12/2025, o saldo refere-se às receitas de contrato de cessão de uso de espaço físico de imóvel firmado com a Caixa Econômica Federal, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

## Nota 13 – Transferências Financeiras Recebidas

As “Transferências Financeiras Recebidas” estão evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (nas Variações Patrimoniais Aumentativas, em “Transferências Intragovernamentais”), no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição desse subgrupo, em 31/12/2025, por item de conta contábil, era:

Tabela 15 - Transferências Intragovernamentais recebidas, por item de conta contábil. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025         | 31/12/2024         | AV (%)        | AH (%)      |
|--|--------------------|--------------------|---------------|-------------|
| Transferências Recebidas para Execução Orçamentária            | 241.934.199        | 226.898.712        | 99,11         | 6,63        |
| Repasse Recebido   |                    | 14.428             | 0,00          | -100,00     |
| Sub-Repasse Recebido   | 241.934.199        | 226.884.284        | 99,11         | 6,63        |
| Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária | 2.161.200          | 5.243.346          | 0,89          | -58,78      |
| Transferências Recebidas para Pagamento de Restos A Pagar      | 12.323             | 4.869.002          | 0,01          | -99,75      |
| Demais Transferências Recebidas                                | 23.264             | 7.852              | 0,01          | 196,29      |
| Movimentações de Saldos Patrimoniais                           | 2.125.613          | 366.492            | 0,87          | 479,99      |
| <b>Total</b>   | <b>244.095.399</b> | <b>232.142.059</b> | <b>100,00</b> | <b>5,15</b> |

Fonte: SIAFI.

Nesse subgrupo, o item mais representativo (99%) são os sub-repasses recebidos da Setorial Financeira para o pagamento das despesas orçamentárias. As Movimentações de Saldos Patrimoniais referiram-se, em mais que 98%, ao recolhimento de tributos federais em janeiro/2025 decorrente das retenções realizadas em dezembro/2024.

## Nota 14 – Outras Transferências e Delegações Recebidas

“Outras Transferências e Delegações Recebidas” evidencia o valor correspondente ao imóvel utilizado pela JFRN para sede da Subseção de Assú/RN, cuja atualização cadastral ocorreu em 2025, conforme detalhado na Nota Explicativa 05, Tabela 8.

## Nota 15 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Os “Ganhos com Incorporação de Ativos” referem-se a Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que se encontram em andamento. Por sua vez, os “Ganhos com a Desincorporação de Passivos” correspondem a passivo trabalhista cujo adimplemento foi assumido pelo Conselho de Justiça Federal

## Nota 16 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos itens apresentados na tabela a seguir.

Tabela 16 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Valores em R\$.

| ITEM  | 31/12/2025       | 31/12/2024       | AV (%)        | AH (%)        |
|---|------------------|------------------|---------------|---------------|
| Multas Administrativas  | 31.612           | 21.879           | 0,35          | 44,49         |
| Indenizações  | 0                | 2.730            | 0,00          | -100,00       |
| Restituições  | 9.058.832        | 1.286.552        | 99,36         | 604,12        |
| Ressarcimentos  | 22.765           | 0                | 0,25          | -             |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos | 4.012            | 2.768            | 0,04          | 44,94         |
| <b>Total</b>  | <b>9.117.221</b> | <b>1.313.929</b> | <b>100,00</b> | <b>593,89</b> |

Fonte: SIAFI.

O valor mais representativo (99%) corresponde às restituições de custos ao Tesouro Nacional, por meio do pagamento de GRU, pelos serviços judiciais e administrativos prestados pela JFRN aos jurisdicionados. O forte aumento nesse item decorreu de conversão em renda de depósitos judiciais no período.

## Nota 17 – Pessoal e Encargos

Inclui os subgrupos “Remuneração a Pessoal”, “Encargos Patronais”, “Benefícios a Pessoal” e “Outras VPDs – Pessoal e Encargos”. Em 2025, as despesas nesse grupo representaram 65% do total das variações patrimoniais passivas.

### a) Remuneração a Pessoal

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondendo ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público.

“Remuneração a Pessoal” é o subgrupo de maior valor em “Pessoal e Encargos” e atingiu, em 2025, 76% do valor total para o grupo.

Tabela 17 - Remuneração a Pessoal. Valores em R\$.

| Descrição              | 31/12/2025         | 31/12/2024         | AV (%)        | AH (%)       |
|------------------------|--------------------|--------------------|---------------|--------------|
| Gratificações          | 58.868.184         | 54.526.367         | 45,44         | 7,96         |
| Vencimentos e Salários | 42.906.189         | 40.201.861         | 33,12         | 6,73         |
| Férias                 | 14.966.744         | 13.021.878         | 11,55         | 14,94        |
| 13º Salário            | 8.888.956          | 8.268.607          | 6,86          | 7,50         |
| Demais                 | 3.931.783          | 1.333.400          | 3,03          | 194,87       |
| <b>Total</b>           | <b>129.561.857</b> | <b>117.352.113</b> | <b>100,00</b> | <b>10,40</b> |

Fonte: SIAFI.

### b) Encargos Patronais

Refere-se aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores e empregados ativos, pertencentes aos órgãos e demais entidades do setor público, bem



como contribuições a entidades fechadas de previdência. Em 2025, compreendeu 12% do total para o grupo “Pessoal e Encargos”.

Tabela 18 - Encargos Patronais por Regime Previdenciário. Valores em R\$.

| Descrição           | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|---------------------|------------|------------|--------|--------|
| Regime Próprio      | 18.128.947 | 16.582.651 | 88,48  | 9,32   |
| Regime Complementar | 2.178.591  | 1.834.116  | 10,63  | 18,78  |
| Regime Geral        | 181.104    | 164.170    | 0,88   | 10,31  |
| Total               | 20.488.643 | 18.580.938 | 100,00 | 10,27  |

Fonte: SIAFI.

#### c) Benefícios a Pessoal

Este subgrupo se refere às variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como ajuda de custo, indenização de transporte, auxílio-moradia, auxílio alimentação, auxílio-transporte e auxílio-creche.

Tabela 19 - Benefícios a Pessoal. Valores em R\$.

| Descrição                 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|---------------------------|------------|------------|--------|--------|
| Auxílio Alimentação       | 9.284.517  | 7.241.318  | 75,69  | 28,22  |
| Auxílio Creche            | 1.462.823  | 1.487.723  | 11,93  | -1,67  |
| Indenização de Transporte | 1.063.922  | 869.767    | 8,67   | 22,32  |
| Demais                    | 455.509    | 201.136    | 3,71   | 126,47 |
| Total                     | 12.266.770 | 9.799.944  | 100,00 | 25,17  |

Fonte: SIAFI.

#### d) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Compreende outras variações patrimoniais diminutivas relacionadas a pessoal e encargos não abrangidas nos demais subgrupos.

Tabela 20 - Outras VPDs – Pessoal e Encargos. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------|------------|--------|--------|
| Indenizações e Restituições Trabalhistas                         | 4.337.708  | 4.188.075  | 52,49  | 3,57   |
| Pessoal Requisitado de Estados                                   | 1.963.259  | 2.060.181  | 23,76  | -4,70  |
| Pessoal Requisitado de Empresas Federais não Dependentes do OFSS | 1.408.150  | 1.663.673  | 17,04  | -15,36 |
| Pessoal Requisitado de Municípios                                | 554.838    | 952.268    | 6,71   | -41,74 |
| Total  | 8.263.954  | 8.864.197  | 100,00 | -6,77  |

Fonte: SIAFI.

O item de maior relevância, Indenizações e Restituições Trabalhistas, refere-se ao pagamento de licença compensatória concedida aos magistrados federais de primeiro e segundo grau, conforme dispõe a Resolução CJF 847/2023. Os demais itens referem-se a ressarcimento de pessoal requisitado às entidades de origem desses servidores.

### Nota 18 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” abrange as aposentadorias, as pensões e os benefícios assistenciais. Em 2025, englobou 14% das variações patrimoniais diminutivas. O item “Aposentadorias e Reformas” representa 87% do grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” e está detalhado na Tabela 23.



Tabela 21 – Aposentadorias e Reformas. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%)  |
|--|------------|------------|--------|---------|
| Proventos  | 16.538.926 | 14.718.820 | 52,85  | 12,37   |
| Aposentadorias Pendentes de Aprovação pelo TCU               | 9.944.608  | 8.549.679  | 31,78  | 16,32   |
| Gratificações  | 1.469.829  | 1.322.386  | 4,70   | 11,15   |
| Férias Vencidas e Proporcionais Aposentados                  | 0          | 110.701    | 0,00   | -100,00 |
| 13º Salário  | 1.477.994  | 773.344    | 4,72   | 91,12   |
| Licença Prêmio para Inativo Civil                            | 59.919     | 0          | 0,19   | -       |
| Sentenças Judiciais  | 933.198    | 602.830    | 2,98   | 54,80   |
| 13º Salário - Aposentadorias Pendentes de Aprovação pelo TCU | 872.097    | 1.321.869  | 2,79   | -34,03  |
| Total  | 31.296.572 | 27.399.628 | 100,00 | 14,22   |

Fonte: SIAFI.

## Nota 19 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias a manutenção e operação da unidade. Inclusive o valor do desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação ou amortização. Este grupo representa 14% do total das variações patrimoniais passivas.

- a) Serviços: englobam 84% do total do grupo.

Tabela 22 - Serviços prestados à JFRN. Valores em R\$.

| Descrição                                     | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|---|------------|------------|--------|--------|
| Serviços Técnicos Profissionais - PF          | 16.102.535 | 10.376.425 | 52,10  | 55,18  |
| Serviços de Apoio Adm., Técnico e Operacional | 6.117.013  | 6.272.623  | 19,79  | -2,48  |
| Serviços Técnicos Profissionais - PJ          | 2.336.809  | 2.223.109  | 7,56   | 5,11   |
| Serviços Água e Esgoto, Energia Elétrica      | 1.540.389  | 1.651.174  | 4,98   | -6,71  |
| Locação e Arrendamento Mercantil Operacional  | 1.316.693  | 127.157    | 4,26   | 935,49 |
| Serviços Educacionais e Culturais - PF        | 1.154.986  | 1.024.133  | 3,74   | 12,78  |
| Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual   | 1.091.447  | 1.197.810  | 3,53   | -8,88  |
| Diárias                                       | 690.591    | 1.073.535  | 2,23   | -35,67 |
| Demais  | 558.099    | 521.454    | 1,81   | 7,03   |
| Total   | 30.908.561 | 24.467.421 | 100,00 | 26,33  |

Fonte: SIAFI.

No valor dos serviços técnicos profissionais - pessoa física, 99% dos gastos correspondem a honorários periciais da assistência judiciária gratuita. Para os serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, 99% dos dispêndios correspondem às atividades de apoio, de limpeza, de conservação e manutenção de bens móveis e imóveis e de vigilância. Nos serviços técnicos profissionais - pessoa jurídica, 95% foram gastos com serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O subgrupo “Locação e Arrendamento Mercantil Operacional” corresponde, em 91%, a licenças temporárias para utilização de *softwares*.

- b) Depreciação e amortização: representaram 13% do total do grupo.

Tabela 23 - Depreciação e Amortização. Valores em R\$.

| Descrição                  | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|----------------------------|------------|------------|--------|--------|
| Depreciação de Bens Móveis | 3.465.832  | 2.995.658  | 73,86  | 15,70  |
| Amortização de Intangível  | 856.746    | 1.225.748  | 18,26  | -30,10 |



|                             |           |           |        |       |
|-----------------------------|-----------|-----------|--------|-------|
| Depreciação de Bens Imóveis | 369.874   | 329.689   | 7,88   | 12,19 |
| Total                       | 4.692.452 | 4.551.095 | 100,00 | 3,11  |

Fonte: SIAFI.

## Nota 20 – Transferências Financeiras Concedidas

As “Transferências Financeiras Concedidas” estão evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (nas Variações Patrimoniais Diminutivas, em “Transferências Intragovernamentais”), no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tabela 24 - Transferências Financeiras Concedidas. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------|------------|--------|--------|
| Movimento de Saldos Patrimoniais                           | 10.980.749 | 2.956.613  | 70,84  | 271,40 |
| Sub-Repasso Devolvido                                      | 3.892.395  | 0          | 25,11  | -      |
| Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar | 615.775    | 494.881    | 3,97   | 24,43  |
| Repasso Concedido  | 12.400     | 10.677     | 0,08   | 16,14  |
| Total  | 15.501.319 | 3.462.171  | 100,00 | 347,73 |

O item “Movimento de Saldos Patrimoniais” refere-se, essencialmente, a recolhimentos ao Tesouro Nacional de valores arrecadados por GRU que se compensam com variações patrimoniais ativas que evidenciam a arrecadação correspondente: “Taxas”, “Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços” e “Outras Variações Patrimoniais”. Logo, sob a perspectiva do efeito global dessas arrecadações, não possuem efeito líquido no resultado patrimonial.

“Sub-Repasso Devolvido” corresponde a devolução de recurso financeiro para conciliação da execução orçamentária-financeira. “Repasso concedido” e “Transferências Concedidas para Pagamento de RP” correspondem, por sua vez, a movimentações de financeiro relativas a Termos de Execução Descentralizada firmados com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

## Nota 21 – Desincorporação de Ativos

Refere-se à desincorporação, após efetuada a prestação de contas respectiva, do Termo de Execução Descentralizada firmado entre a JFRN (unidade descentralizadora) e UFRN (unidade que recebeu os recursos) correspondente à Quarta Turma do Programa de Residência em Tecnologia da Informação do Instituto MetrÓpole Digital/UFRN, no percentual de 78%. Do montante remanescente, 20% decorreu da baixa de benfeitorias realizadas no imóvel sede da Subseção da JFRN localizado em Assú/RN, como reflexo de sua atualização cadastral no SPIUNET, conforme Nota Explicativa 05, item b (Bens Imóveis).

## Nota 22 – Resultado Patrimonial

A JFRN utiliza recursos oriundos do Orçamento Fiscal da União e tem sua execução orçamentária fortemente sincronizada com a disponibilidade de recursos financeiros. Nesse contexto, a brusca variação no Resultado Patrimonial de R\$ 11,6 milhões em 31/12/2024 para um valor R\$ 0,6 milhão negativo em 31/12/2025 decorre principalmente dos seguintes fatores:

- a) Redução do nível de imobilização dos recursos disponíveis em 2025, com queda em mais de R\$ 5 milhões nos gastos de capital em relação a 2024. Isso reduz o impacto patrimonial positivo da execução orçamentária em decorrência do direcionamento de recursos a despesas correntes. Em outras palavras, a VPA decorrente do financeiro recebido é subtraída pela VPD para realização da despesa corrente, “anulando-se” o resultado patrimonial;
- b) Redução nos adiantamentos por serviços de licenciamento para uso de *software* em cerca de R\$ 3 milhões o que, assim como no item “a”, reduz o impacto patrimonial positivo da execução orçamentária;
- c) Apropriação por competência de serviços pagos antecipadamente em 2024 (ver Quadro 1 abaixo);
- d) Reconhecimento adicional, por competência, do passivo de férias e encargos patronais incidentes relativos ao quadro de servidores e magistrados, cuja rotina de apropriação somente foi plenamente adotada em 2025 (ver Quadro 1); e
- e) Consumo do Capital Fixo, cujos investimentos ocorreram em exercícios anteriores.

*Quadro 1 - VPD independente da execução orçamentária, sem correspondência em 2024.*

| Linha da DVP   | Detalhamento  | Valor (R\$)  |
|--|---|--------------|
| Pessoal e Encargos   | Reconhecimento inicial de passivo - Parcela do exercício de obrigações com férias e encargos patronais incidentes. VPD paga antecipadamente em dez/24 – | 2.492.480,99 |
| Serviços   | Apropriação de Licenças de software contratadas em 2024.  | 1.203.976,98 |
| Redução do Resultado Patrimonial em 2025 sem correspondência em 2024 |   | 3.696.457,97 |

Fonte: SIAFI.

Resumidamente, a execução equilibrada do orçamento, como ocorre na JFRN, não ocasiona resultado patrimonial negativo, pois as variações passivas são compensadas pela entrada de recursos financeiros como variações ativas. Nesse caso, o valor mínimo seria o resultado patrimonial nulo.

Entretanto, a Entidade, após um ciclo de incorporação patrimonial de seus gastos orçamentários, passa por um período natural de consumo de seus ativos independentemente da execução orçamentária no exercício. Além disso, como indicado no item d, a JFRN envidou esforços para determinar o passivo de férias relativo ao seu quadro de servidores e magistrados no exercício encerrado.

Por fim, conforme Nota Explicativa 20, o impacto das “Transferências Intragovernamentais” na linha de VPD é bastante inferior ao que o número isoladamente sugere: quase R\$ 11 milhões dessas variações passivas possui correspondência em variações ativas, referindo-se a movimentação de saldos patrimoniais decorrentes da arrecadação pelos serviços prestados pela JFRN.

## Nota 23 – Receitas Orçamentárias

Na JFRN, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria

do Tesouro Nacional, não existe o registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias originam-se de transferência financeiras recebidas (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pela unidade da Justiça Federal, referentes a custas judiciais. Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na Unidade Gestora (UG) na conta de limite de saque.

## Nota 24 – Despesas Orçamentárias

O grupo de maior relevância é “Pessoal e encargos sociais”, que representa 78% do total empenhado em 2025:

Tabela 25 - Despesa empenhada. Valores em R\$.

| CATEGORIA           | GRUPO                      | 31/12/2025  | 31/12/2024  | AV (%) | AH (%) |
|---------------------|----------------------------|-------------|-------------|--------|--------|
| Despesas Correntes  | Pessoal e Encargos Sociais | 191.615.185 | 172.796.954 | 78,21  | 10,89  |
|                     | Outras Despesas Correntes  | 47.850.296  | 42.695.176  | 19,53  | 12,07  |
|                     | Subtotal                   | 239.465.481 | 215.492.130 | 97,74  | 11,12  |
| Despesas de Capital | Investimentos              | 5.537.861   | 9.264.650   | 2,26   | -40,23 |
|                     | Total                      | 245.003.342 | 224.756.780 | 100,00 | 9,01   |

Fonte: SIAFI.

### a) Despesas Correntes

O grupo de “Pessoal e Encargos Sociais” agrega os seguintes elementos:

Tabela 26 - Pessoal e encargos sociais. Valores em R\$.

| Descrição                                   | 31/12/2025  | 31/12/2024  | AV (%) | AH (%) |
|---|-------------|-------------|--------|--------|
| Vencimentos e Vantagens Fixas               | 124.464.657 | 112.593.477 | 64,96  | 10,54  |
| Aposentadorias                              | 30.621.264  | 26.981.284  | 15,98  | 13,49  |
| Obrigações Patronais                        | 17.858.776  | 16.733.589  | 9,32   | 6,72   |
| Outras Despesas Variáveis                   | 4.750.331   | 4.249.950   | 2,48   | 11,77  |
| Pensões                                     | 4.317.524   | 3.977.445   | 2,25   | 8,55   |
| Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado  | 3.851.266   | 4.479.528   | 2,01   | -14,03 |
| Despesas de Exercícios Anteriores           | 2.701.288   | 1.560.909   | 1,41   | 73,06  |
| Contribuição a Entidade Fechada Previdência | 2.093.216   | 1.834.116   | 1,09   | 14,13  |
| Sentenças Judiciais                         | 956.862     | 386.655     | 0,50   | 147,47 |
| Total                                       | 191.615.185 | 172.796.954 | 100,00 | 10,89  |

Fonte: SIAFI.

Já as “Outras Despesas Correntes” são detalhadas conforme tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.



Tabela 27 - Outras despesas correntes. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------|------------|--------|--------|
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física       | 18.096.391 | 11.777.462 | 37,82  | 53,65  |
| Auxílio-Alimentação                                | 9.494.822  | 7.310.905  | 19,84  | 29,87  |
| Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica       | 8.611.783  | 8.294.290  | 18,00  | 3,83   |
| Obrigações Tributárias e Contributivas             | 3.477.772  | 2.222.960  | 7,27   | 56,45  |
| Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação | 2.767.007  | 6.793.587  | 5,78   | -59,27 |
| Indenizações e Restituições                        | 1.530.034  | 1.126.993  | 3,20   | 35,76  |
| Outros Benefícios Assistenciais                    | 1.486.469  | 1.511.326  | 3,11   | -1,64  |
| Material de Consumo                                | 1.052.317  | 1.777.799  | 2,20   | -40,81 |
| Diárias  | 630.085    | 985.726    | 1,32   | -36,08 |
| Passagens e Despesas Com Locomoção                 | 269.070    | 284.132    | 0,56   | -5,30  |
| Despesas de Exercícios Anteriores                  | 174.586    | 238.965    | 0,36   | -26,94 |
| Auxílio-Transporte                                 | 171.642    | 162.052    | 0,36   | 5,92   |
| Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado         | 88.317     | 196.594    | 0,18   | -55,08 |
| Sentenças Judiciais                                | 0          | 12.386     | 0,00   | 100,00 |
| Total  | 47.850.296 | 42.695.176 | 100,00 | 12,07  |

Fonte: SIAFI.

Para o elemento com maior valor, “Outros serviços de terceiros - pessoa física”, o percentual de 92% refere-se a despesas com honorários periciais da assistência judiciária gratuita e 5% a bolsas de estágio.

Agrupado nos “Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica”, destacam-se os subitens apoio administrativo, técnico e operacional, vigilância, limpeza, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis (66% do total do item), fornecimento de energia elétrica (17%) e serviços de telecomunicação e comunicação em geral (8%).

#### b) Despesas de Capital

Correspondeu a gastos com investimentos, conforme detalhamento na tabela a seguir.

Tabela 28 – Investimentos, composição por elemento. Valores em R\$.

| Descrição                                      | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%)  |
|--|------------|------------|--------|---------|
| Obras e Instalações                            | 4.837.052  | 5.672.730  | 87,35  | -14,73  |
| Equipamentos e Material Permanente             | 684.212    | 3.282.141  | 12,36  | -79,15  |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 16.598     | 218.824    | 0,30   | -92,42  |
| Diárias  | 0          | 20.516     | 0,00   | -100,00 |
| Material de Consumo                            | 0          | 57.706     | 0,00   | -100,00 |
| Serviços de TIC - Pessoa Jurídica              | 0          | 9.012      | 0,00   | -100,00 |
| Indenizações e Restituições                    | 0          | 3.721      | 0,00   | -100,00 |
| Total  | 5.537.861  | 9.264.650  | 100,00 | -40,23  |

Fonte: SIAFI.

Os investimentos em Obras e Instalações estão detalhados na Tabela 33.

Tabela 29 - Despesa Empenhada para Reformas dos edifícios-sede da JFRN. Valores em R\$.

| Descrição                                       | 31/12/2025       | AV (%)        |
|---|------------------|---------------|
| Reforma edifício-sede da JFRN em Natal/RN       | 3.331.369        | 68,87         |
| Reforma edifício-sede da JFRN em Mossoró/RN     | 617.557          | 12,77         |
| Reforma edifício-sede da JFRN em Assú/RN        | 340.872          | 7,05          |
| Reforma edifício-sede da JFRN em Ceará-Mirim/RN | 283.472          | 5,86          |
| Reforma edifício-sede da JFRN em Caicó/RN       | 263.783          | 5,45          |
| <b>Total</b>                                    | <b>4.837.052</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2024, para a rubrica “Equipamentos e Material Permanente”, a unidade priorizou a continuação do reforço de sua infraestrutura digital por meio de investimentos em equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Por outro lado, em 2025 o foco foi a melhoria das condições gerais de atendimento ao jurisdicionado, sendo 74% da despesa orçamentária na rubrica sob análise para aquisição de mobiliário para a sede e subseções, já aparelhos e utensílios domésticos compreenderam 14%, equipamentos para áudio, vídeo e foto foram o destino de 8% da rubrica.

### Nota 25 – Execução dos Restos a Pagar não Processados

Em 2025, executou-se completamente (liquidação e pagamento) 66% do valor inscrito em restos a pagar não processados e cancelou-se o percentual de 32%, que se referia a passivo trabalhista cujo adimplemento foi assumido pelo Conselho de Justiça Federal. No encerramento do exercício, o saldo remanescente a liquidar (coluna “e” na Tabela 34) foi totalmente reinscrito, tendo por finalidade concluir serviços para instalação de sistema de vigilância eletrônica na Sede da JFRN, no percentual de 37% do saldo reinscrito, e o término da instalação de usina fotovoltaica na Subseção de Mossoró/RN. Segue evidenciação da realização por grupo de despesa.

Tabela 30 - Execução de Restos a Pagar Não Processados em 2025. Valores em R\$.

| Grupo                      | RPNP Reinscrito (a) | RPNP Inscrito (b) | RPNP Liquidado (c) | RPNP Pago        | RPNP Cancelado (d) | RPNP a Liquidar (e) = a+b-c-d | Realizado (%) (f) = c/(a+b) | AV (%) (g) = e/(total e) |
|----------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|------------------|--------------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Pessoal e encargos sociais | 730.180             | 0                 | 0                  | 0                | 730.180            | 0                             | 0,00                        | 0,00                     |
| Outras Despesas Correntes  | 1.340               | 660.467           | 474.054            | 474.054          | 186.235            | 1.517                         | 71,63                       | 2,15                     |
| Despesa Corrente           | 731.520             | 660.467           | 474.054            | 474.054          | 916.416            | 1.517                         | 34,06                       | 2,15                     |
| Investimentos              | 55.467              | 2.175.409         | 1.932.544          | 1.932.544        | 229.290            | 69.042                        | 86,63                       | 97,85                    |
| <b>Total</b>               | <b>786.987</b>      | <b>2.835.876</b>  | <b>2.406.598</b>   | <b>2.406.598</b> | <b>1.145.705</b>   | <b>70.559</b>                 | <b>66,43</b>                | <b>100,00</b>            |

Fonte:  
SIAFI.

### Nota 26 – Inscrição de Restos a Pagar Processados

Em 2025, a Inscrição de Restos a Pagar Processados realizou-se com a seguinte distribuição por grupo de despesa:

Tabela 31 - Inscrição de Restos a Pagar Processados. Valores em R\$.

| Descrição                 | 31/12/2025 | AV (%) |
|---------------------------|------------|--------|
| Pessoal e Encargos        | 2.132.989  | 73     |
| Outras Despesas Correntes | 782.686    | 27     |
| Total                     | 2.915.675  | 100    |

Fonte: SIAFI.

O valor inscrito em Restos a Pagar Processados corresponde a tributos a recolher por meio de DARF Numerado em janeiro de 2026.

### Nota 27 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

Em 2025, a Inscrição de Restos a Pagar Não Processados, referentes às despesas a apropriar da competência dezembro/2025 e à conclusão de contratações no exercício encerrado, realizou-se com a seguinte distribuição:

Tabela 32 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados. Valores em R\$.

| Categoria           | Grupo                      | Descrição  | 31/12/2025 | AV (%) |
|---------------------|----------------------------|--|------------|--------|
| Despesas Correntes  | Outras Despesas Correntes  | Honorários periciais                               | 1.306.888  | 24,41  |
|                     |                            | Serviços terceirizados e fornecimento de materiais | 188.767    | 3,53   |
|                     | Pessoal e Encargos Sociais | Ressarcimento de pessoal requisitado               | 13.337     | 0,25   |
|                     |                            | Subtotal   | 1.508.992  | 28,19  |
| Despesas de Capital | Investimentos              | Reformas de imóveis                                | 3.655.495  | 68,28  |
|                     |                            | Aquisição de material permanente                   | 172.314    | 3,22   |
|                     |                            | Instalação de sistema de vigilância eletrônica     | 16.598     | 0,31   |
|                     | Subtotal                   | 3.844.407  | 71,81      |        |
| Total Geral         |                            |  | 5.353.399  | 100,00 |

Fonte:  
SIAFI.

### Nota 28 – Desembolsos das Atividades Operacionais.

#### a) Pessoal e Demais Despesas

“Pessoal e Demais Despesas”, que contiveram 85% dos desembolsos operacionais, são decorrentes essencialmente da execução do orçamento com despesas correntes para a prestação de serviços aos jurisdicionados e pagamento de aposentadorias e pensões. Distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 33 – Desembolsos Pessoal e Demais Despesas. Valores em R\$.

| FUNÇÃO | GRUPO         | 31/12/2025  | 31/12/2024  | AV (%) | AH (%) |
|--------|---------------|-------------|-------------|--------|--------|
|        | Pessoal Ativo | 137.471.013 | 124.871.216 | 63,16  | 10,09  |

|   |   |             |             |        |        |
|---|---|-------------|-------------|--------|--------|
| Judiciária (I)  | Outras Despesas Correntes                               | 29.238.257  | 30.338.296  | 13,43  | -3,63  |
|   | Subtotal  | 166.709.270 | 155.209.513 | 76,60  | 7,41   |
| Previdência Social (II)   | Aposentadorias e Pensões                                | 31.479.854  | 28.439.810  | 14,46  | 10,69  |
| Encargos Especiais (III)  | Benefício Especial (Lei 12.618/2012)                    | 4.584.191   | 2.902.196   | 2,11   | 57,96  |
|   | Honorários Periciais da Assistência Judiciária Gratuita | 14.869.075  | 9.815.423   | 6,83   | 51,49  |
|   | Subtotal  | 19.453.266  | 12.717.619  | 8,94   | 52,96  |
| ( +/- ) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento (IV) |   | 166         | 192         | 0,00   | -13,54 |
| Total Pessoal e Demais Despesas (V) = I+II+III-IV               |   | 217.642.224 | 196.366.749 | 100,00 | 10,83  |

Fonte: SIAFI.

#### b) Transferências Concedidas

As “Transferências Concedidas” destinaram-se ao pagamento de contribuições previdenciárias patronais pela JFRN. Segue detalhamento:

Tabela 34 – Transferências Concedidas. Valores em R\$.

| Descrição  | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------|------------|--------|--------|
| Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre a folha de pagamento de pessoal                         | 18.023.326 | 16.831.059 | 85,09  | 7,08   |
| Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre Honorários Periciais da Assistência Judiciária Gratuita | 3.152.932  | 2.034.548  | 14,88  | 54,97  |
| Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre serviços de pessoa física prestados à JFRN.             | 5.685      | 2.349      | 0,03   | 142,07 |
| Total  | 21.181.943 | 18.867.955 | 100,00 | 12,26  |

Fonte: SIAFI.

#### c) Outros Desembolsos Operacionais

Nos “Dispêndios Extraorçamentários”, 93% do importe referiu-se a liberação de valores depositados em conta vinculada a contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, nos quais a JFRN é a parte contratante dos serviços, para pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias cobertas pelos depósitos em garantia, conforme [Resolução CNJ N° 169 de 31/01/2013](#). O valor residual corresponde a reemissões de pagamentos cujas ordens bancárias foram canceladas ou a devoluções de recursos por pagamentos indevidos por meio de GRU.

Para informações sobre “Transferências Financeiras Concedidas”, ver Nota Explicativa 20.

### Nota 29 – Desembolsos das Atividades de Investimento

As atividades de investimento comprometeram 1,5% dos desembolsos realizados em 2025 e apresentaram um redução de 59% em relação a 2024.

Tabela 35 – Desembolsos de investimento. Valores em R\$.

| Detalhamento                           | 31/12/2025 | 31/12/2024 | AV (%) | AH (%) |
|--|------------|------------|--------|--------|
| Tecnologia da Informação e Comunicação | 175.270    | 4.055.085  | 4,61   | -95,68 |



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

|  |           |           |        |          |
|--|-----------|-----------|--------|----------|
| Servidores/storage                       | 81.919    | 2.146.805 | 2,16   | -96,18   |
| Computadores                             | 67.687    | 0         | 1,78   | -        |
| Ativos de rede                           | 18.764    | 1.769.836 | 0,49   | -98,94   |
| Equipamento para áudio, vídeo e foto     | 6.900     | 129.432   | 0,18   | -94,67   |
| Software Pronto                          | 0         | 9.012     | 0,00   | -100,00  |
| Reformas e benfeitorias em imóveis       | 2.289.112 | 2.791.758 | 60,24  | -18,00   |
| Seção Judiciária em Natal/RN             | 2.152.012 | 2.117.422 | 56,63  | 1,63     |
| Subseção Judiciária em Assú/RN           | 53.118    | 0         | 1,40   | -        |
| Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN    | 36.270    | 0         | 0,95   | -        |
| Subseção Judiciária em Caicó/RN          | 34.685    | 201.779   | 0,91   | -82,81   |
| Subseção Judiciária em Pau dos Ferros/RN | 13.027    | 472.557   | 0,34   | -97,24   |
| Usinas fotovoltaicas                     | 519.834   | 2.142.288 | 13,68  | -75,73   |
| Seção Judiciária em Natal/RN             | 219.757   | 977.821   | 5,78   | -77,53   |
| Subseção Judiciária em Caicó/RN          | 113.644   | 160.767   | 2,99   | -29,31   |
| Subseção Judiciária em Assú/RN           | 87.987    | 145.389   | 2,32   | -39,48   |
| Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN    | 49.150    | 218.956   | 1,29   | -77,55   |
| Subseção Judiciária em Pau dos Ferros/RN | 46.856    | 166.126   | 1,23   | -71,79   |
| Subseção Judiciária em Mossoró/RN        | 2.440     | 473.229   | 0,06   | -99,48   |
| Outros                                   | 815.651   | 272.767   | 21,47  | 199,03   |
| Mobiliário em geral                      | 406.505   | 22.312    | 10,70  | 1.721,91 |
| Outros itens de Material Permanente      | 387.647   | 245.130   | 10,20  | 58,14    |
| Demais investimentos                     | 21.500    | 5.325,50  | 0,57   | 303,72   |
| Total                                    | 3.799.867 | 9.261.899 | 100,00 | -58,97   |

Fonte: SIAFI.

Como evidencia a Tabela 39, ocorreu forte redução dos gastos de capital no exercício de 2025 em relação a 2024. Nesse contexto, a prioridade foi a conclusão das melhorias nas edificações e dos projetos de sustentabilidade energética. Além disso, elevou-se significativamente a alocação de recursos para a renovação do mobiliário.

### Nota 30 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Ocorreu geração líquida de caixa positiva nas atividades operacionais, oriunda primariamente dos sub-repasses recebidos para realização das ações orçamentárias. Todo esse incremento, juntamente com o limite de saque disponível dos restos a pagar para despesas de capital, foram destinados aos investimentos realizados em 2025. Não há fluxos de financiamento.